



Relatório & Contas Consolidadas

Associação de Municípios da
Ilha de São Miguel

Abril 2026

ÍNDICE

Introdução.....	2
Perímetro de consolidação	3
Principais atividades desenvolvidas.....	3
Análise às contas consolidadas	4
Demonstrações Financeiras Consolidadas	7
Demonstrações Orçamentais Consolidadas	42



INTRODUÇÃO

A Associação de Municípios da Ilha de São Miguel – AMISM, apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método integral o utilizado uma vez que a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel é detentora de uma percentagem de controlo de 100% na entidade participada – MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A..

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras da entidade consolidada no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação.



O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local.

As demonstrações financeiras consolidadas do AMISM foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), nomeadamente NCP 22 e 26.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O grupo público é composto pela Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (entidade-mãe) e pela MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM, SA (entidade controlada).

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

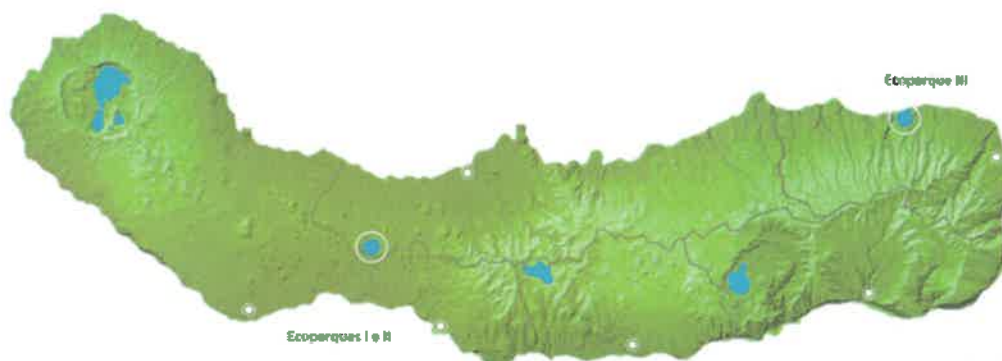
A atividade de gestão de resíduos urbanos (RU) constitui um serviço público de caráter estrutural, essencial ao bem-estar geral, saúde pública e segurança da população, bem como à proteção do Ambiente.

Em 2009, foram transferidas para a MUSAMI todas as atividades relacionadas com a reciclagem e, em 2013, toda a atividade de gestão de resíduos, até então desenvolvida pela AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel.

Neste sentido, a MUSAMI, EIM, SA recebe estes resíduos de forma seletiva e indiferenciada. Os resíduos recebidos de forma seletiva são sujeitos a operações de valorização, sendo posteriormente enviados para retomadores que procedem à sua reciclagem ou a clientes, no caso do composto ou de reutilizáveis.



Unidades operacionais:



📍 Ecoparque I:

- Parque de compostagem de verdes;
- Centro de triagem automatizado;
- Ecocentro;
- Estação de tratamento de águas lixivantes por osmose inversa;
- Estação de valorização energética do biogás;
- Diversas instalações de apoio.

📍 Ecoparque II:

- Centro de tratamento mecânico;
- Parque de compostagem de verdes;
- Aterro sanitário destinado a resíduos não perigosos;
- Diversas instalações de apoio.

📍 Ecoparque III:

- Armazéns de triagem (Nordeste);
- Processo de vermicompostagem (Nordeste);
- Aterro sanitário destinado a resíduos não perigosos;
- Diversas instalações de apoio.

ANÁLISE ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

O Balanço consolidado evidencia um total de Ativo de 121.483.759,05 euros. O total dos Fundos Próprios é de 67.282.915,30 euros, incluindo um Resultado Líquido Consolidado de 118.569,97 euros e um Passivo de 54.200.843,75 euros.

Os Resultados Consolidados apurados em 2025 foram:

- Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento: 5.980.325,13 euros;
- Resultado operacional (antes de gastos de financiamento): 1.735.473,22 euros;
- Resultado antes de impostos: 456.556,05 euros;
- Resultado Líquido Consolidado: 118.569,97 euros.

O caixa e seus equivalentes consolidados são de 12.533.091,75 euros em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos da Portaria 474/2010, de 1 de julho, em complemento com a NCP 22, apresentamos em anexo, para apreciação da Assembleia Intermunicipal, as contas consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2025, que são constituídas pelos seguintes elementos:

- Balanço Consolidado;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada;

(Assinaturas manuscritas)

4

- Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas;

Em conformidade com a NCP 26, são apresentados os seguintes elementos:

- Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental;
- Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza.

Perspetivas Futuras:

Pese embora o aumento generalizado dos gastos, não se perspetiva que a atividade do Grupo seja afetada.

Ribeira Grande, 16 de abril de 2026

Presidente do Conselho de Administração

Pedro Miguel do Nascimento Cabral

1.º Vogal do Conselho de Administração



Jaime Vieira

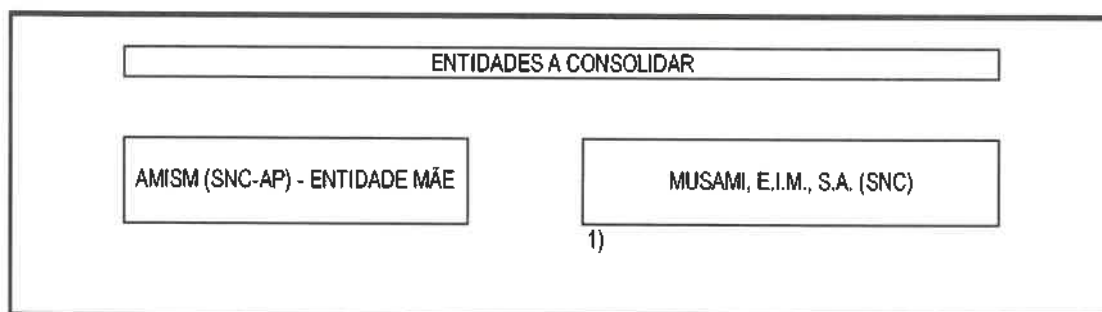
2.º Vogal do Conselho de Administração



Frederico Sousa



PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA DA AMISM - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE S. MIGUEL
ARTIGO 75º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO E NCP's 22 e 24



1) CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL (100% de participação na entidade)

Rep
A 1 6

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



Balanço Consolidado

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	96 135 879,57 €	91 845 516,24 €
Propriedades de investimento	5	2 557 325,47 €	2 600 799,25 €
Ativos intangíveis	3	43 011,43 €	174 291,62 €
Outros ativos financeiros	12	0,00 €	21 696,67 €
		98 736 216,47 €	94 642 303,78 €
Ativo corrente			
Inventários	7	52 096,16 €	68 322,35 €
Cientes, contribuintes e utentes	6,12	1 915 861,54 €	877 393,71 €
Estado e outros entes públicos	12	60 441,03 €	278 105,53 €
Outras contas a receber	12	8 158 253,45 €	1 128 999,36 €
Diferimentos	12	27 798,65 €	10 504,42 €
Caixa e depósitos	1	12 533 091,75 €	580 017,44 €
		22 747 542,58 €	2 943 342,81 €
Total do Ativo		121 483 759,05 €	97 585 646,59 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património /Capital	16	3 280 333,17 €	3 280 333,17 €
Reservas	16	4 651 220,18 €	4 635 398,36 €
Resultados transitados	16	-84 881,11 €	2 493 744,52 €
Ajustamentos em ativos financeiros	16	57 985 090,45 €	37 654 358,85 €
Outras variações no Património Líquido	16	1 332 582,64 €	1 359 678,84 €
Resultado líquido do período	16	118 569,97 €	266 111,48 €
Total Património Líquido		67 282 915,30 €	49 689 625,22 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	10	4 732 284,49 €	3 204 284,49 €
Financiamentos obtidos	17	25 263 069,00 €	25 263 069,00 €
Passivos por impostos diferidos	14	37 829,22 €	41 811,24 €
Outras contas a pagar	12	8 168 464,01 €	6 171 046,35 €
		38 201 646,72 €	34 680 211,08 €
Passivo corrente			
Fornecedores	12	1 080 267,17 €	898 753,39 €
Estado e outros entes públicos	12	402 290,37 €	257 813,43 €
Financiamentos obtidos	17	10 000 000,00 €	3 000 000,00 €
Outras contas a pagar	12	4 516 639,49 €	9 059 243,47 €
		15 999 197,03 €	13 215 810,29 €
Total Passivo		54 200 843,75 €	47 896 021,37 €
Total Património Líquido e Passivo		121 483 759,05 €	97 585 646,59 €



Demonstração dos Resultados Consolidada

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Impostos e taxas		0,00	0,00
Vendas	16	484 752,24	298 122,17
Prestações de serviços	16	15 242 988,50	10 180 417,94
Variações nos inventários da produção	16	78 502,92	40 419,21
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-50 555,44	-14 541,84
Fornecimentos e serviços externos	16	-5 954 669,11	-4 824 765,90
Gastos com pessoal	13	-5 186 012,37	-3 729 331,91
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-1 760,90	-885,99
Provisões (aumentos/reduções)	9,10	-1 528 000,00	-600 000,00
Aumentos/reduções de justo valor		379,78	1 295,48
Outros rendimentos e ganhos	8,9	2 977 169,70	1 731 601,78
Outros gastos e perdas	16	-82 470,19	-71 969,07
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		5 980 325,13	3 010 361,87
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,4,5	-4 244 851,91	-1 814 747,07
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 735 473,22	1 195 614,80
Juros e gastos similares suportados	16	-1 278 917,17	-783 449,05
Resultados antes de impostos		456 556,05	412 165,75
Imposto sobre o rendimento		-337 986,08	-146 054,27
Resultado líquido do período	16	118 569,97	266 111,48
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		118 569,97	266 111,48
Interesses que não controlam		118 569,97	266 111,48



Demonstração Consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido

Descrição	Notas	patrimônio líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido
		Capital / Patrimônio Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período (1)	16	3 280 333,17	0,00	570 032,58	0,00	4 065 365,78	2 493 744,52	37 654 350,25	0,00	1 359 678,84	266 111,48	49 689 625,22	49 689 625,22
Alterações no período													
Primeira adoção de novo referencial contábilístico	16											0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas												0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00	0,00
Realização do excedente de demonstração												0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações												0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido												0,00	0,00
(2)	16	0,00		15 821,82			-2 578 625,63	20 330 731,60		-27 096,20	-266 111,48	17 474 720,11	17 474 720,11
Resultado Líquido do Período (3)	16	0,00	0,00	15 821,82	0,00	0,00	-2 578 625,63	20 330 731,60	0,00	-27 096,20	-266 111,48	17 474 720,11	17 474 720,11
Resultado Integral (4)=(2)+(3)	16										118 569,97	118 569,97	118 569,97
Operações com detentores de capital no período											-147 541,51	17 583 290,08	17 583 290,08
Realizações de capital/patrimônio													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
(5)	16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim período (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	16	3 280 333,17	0,00	585 854,40	0,00	4 065 365,78	-84 881,11	57 965 090,45	0,00	1 332 582,64	118 569,97	67 282 915,30	67 282 915,30



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		15 431 521,22	10 669 995,35
Recebimentos de utentes		9 338,71	4 982,28
Pagamentos a fornecedores		-6 443 851,65	-4 854 481,01
Pagamentos ao pessoal		-4 723 338,30	-3 534 038,15
Pagamentos a contribuintes/utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		4 273 669,98	2 285 832,07
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		84 603,27	442 310,09
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		4 118 736,06	2 638 233,73
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-12 131 584,58	-27 022 593,73
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		1 321,81	1 321,81
Investimentos financeiros		22 076,45	11 364,16
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		14 207 142,32	3 966 751,09
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		4 557,50	3 950,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2 103 513,50	-23 039 206,67
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		12 100 000,00	17 263 069,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-821,71	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5 100 000,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		5 730 824,75	16 565 296,03
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		11 953 074,31	-3 835 676,91
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1	580 017,44	4 415 694,35
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	12 533 091,75	580 017,44
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		580 017,44	4 415 694,35
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		580 017,44	4 415 694,35
De execução orçamental		577 414,75	4 413 091,66
De operações de tesouraria		2 602,69	2 602,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12 533 091,75	580 017,44
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		12 533 091,75	580 017,44
De execução orçamental		12 530 489,06	577 414,75
De operações de tesouraria		2 602,69	2 602,69

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas Públicas (NCP), tendo sido preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, desempenho económico e alterações à posição financeira.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

A AMISM tem uma subsidiária, cuja participação e controlo são de 100%, designadamente a MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM, SA.

Firma	Sede	Atividade principal	Capital Social	Participação	% Controlo Direto	% Controlo Indireto
MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM, SA	Rua Eng.º Arantes de Oliveira, nº 15 B, Ribeira Grande	Desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração de sistemas de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, de qualidade do ar, de desenvolvimento e inovação entidade e de requalificação urbana e ambiental. Acessoriamente, poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto.	8,800,000€	8,800,000€	100%	

As notas agora apresentadas seguem o estabelecido na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

1. Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade, período de relato

- a) Designação: “AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”, adiante designada por “AMISM”.
- b) Sede: Rua Eng.º Arantes de Oliveira, nº 15 B, Ribeira Grande.
- c) Código da classificação orgânica: O classificador é o legalmente previsto para os municípios.
- d) Tutela: A AMISM está sujeita à tutela administrativa legalmente prevista para os municípios.
- e) Legislação aplicável: A AMISM é uma Associação, rege-se pelos seus próprios Estatutos e pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.
- f) Designação e sede da entidade que controla final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas: Associação de Municípios da ilha de São Miguel, Rua Eng.º Arantes de Oliveira nº 15 B, Ribeira Grande.
- g) Designação e sede da entidade que controla intermédia local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas: Não aplicável
- h) Período de relato: de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2025.

A AMISM foi criada em 1992 pelos Municípios de Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. Desde 2016, com a inclusão do Município de Nordeste, passou a representar todos os Municípios da Ilha de São Miguel.

O Objeto Principal da AMISM era a criação de um sistema de gestão de resíduos sólidos, podendo ainda desenvolver outras atividades conforme consta na alteração dos seus estatutos.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas e com o referencial do Sistema Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente



relevantes e que tenham colocado em causa a imagem verdadeira e apropriada destas demonstrações.

1.3. Valores de caixa e depósitos

À data de 31 de dezembro de 2025, não existiam valores em caixa e depósitos bancários não disponíveis para uso.

Conta	2025		2024	
Caixa		0,00		0,00
Depósitos à ordem		6 040 577,43		2 730 608,82
Depósitos bancários à ordem	6 040 577,43		2 730 608,82	
Depósitos a prazo		350 000,00		300 000,00
Depósitos de garantias e cauções		1 117 594,06		523 113,37
Descobertos bancários		5 024 920,26		-2 973 704,75
Total de caixa e depósitos		12 533 091,75		580 017,44

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

2.1. Bases de mensuração

a) Ativos fixos tangíveis

Todos os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A MUSAMI rege-se pelo disposto no Decreto Regulamentar 25/2009, não tendo sido efetuada a harmonização de taxas aplicadas pelas entidades que constituem o grupo.

No que concerne ao imobilizado respeitante ao Aterro Sanitário, foi transferido para a MUSAMI aquando do reforço do capital social da mesma, nomeadamente o Equipamento Básico, as Ferramentas e Utensílios, o Equipamento Administrativo, as Outras Imobilizações Corpóreas e os Edifícios e Outras Construções - Outras Construções - Infraestruturas para Tratamento de Resíduos Sólidos.


¹³ 

b) Ativos intangíveis

Todos os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A taxa de amortização utilizada corresponde ao período de vida útil estimada de 3 anos.

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os dispêndios com desenvolvimento para as quais a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos no período em que são incorridos.

c) Imparidade de ativos

A AMISM avalia, à data de balanço, a existência de algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.



Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização.

d) Ativos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros que são reconhecidos nas demonstrações financeiras, quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo ou ao custo amortizado ou ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que sejam à vista ou tenham maturidade definida, os retornos sejam de montante fixo ou determinável e não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes

f) Subsídios

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios que se destinam à cobertura de gastos, incorridos e registados, relacionados com o exercício corrente da Entidade, são reconhecidos como rendimentos na rubrica «Subsídios à exploração» da demonstração dos resultados do período em que os programas/contractos são realizados, sendo o seu reconhecimento efetuado à medida que os gastos são incorridos, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica «Financiamentos obtidos».

g) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. A AMISM reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente



mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efetiva das mesmas.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

h) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.2. Especialização de exercícios

A AMISM regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

2.3. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, os principais juízos de valor e estimativas efetuadas foram:

- Vidas úteis dos ativos;
- Análise de imparidades.

3. Ativos intangíveis

O detalhe dos itens que compõem esta rubrica é:

RUBRICAS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta (1)	Amortizações acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia bruta (1)	Amortizações acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Projetos de desenvolvimento	1 036 415,33	1 036 415,33		0,00	1 036 415,33	1 036 415,33		0,00
Programas de computador e sistemas de informação	198 926,17	130 051,22		68 874,95	198 926,17	161 331,41		37 594,76
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros ativos intangíveis	74 900,00	64 483,33		10 416,67	74 900,00	69 483,33		5 416,67
Ativos intangíveis em curso	95 000,00	0,00		95 000,00	0,00	0,00		0,00
Total	1 405 241,50	1 230 949,88	0,00	174 291,62	1 310 241,50	1 267 230,07	0,00	43 011,43

A 31 de dezembro de 2025, a quantia escriturada dos ativos intangíveis é de 43.011,43

€.

Durante o exercício, ocorreram as seguintes variações:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill	0,00								0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00								0,00
Programas de computador e sistemas de informação	68 874,95						-31 280,19		37 594,76
Propriedade industrial e intelectual	0,00								0,00
Outros ativos intangíveis	10 416,67						-5 000,00		5 416,67
Ativos intangíveis em curso	95 000,00		-95 000,00						0,00
Total	174 291,62	0,00	-95 000,00	0,00	0,00	0,00	-36 280,19	0,00	43 011,43

O Detalhe das diminuições ocorridas no exercício é o seguinte:

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a Título Oneroso	Transf. Ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão e Reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador e sistemas de informação						
Propriedade industrial e intelectual						
Outros ativos intangíveis						
Ativos intangíveis em curso		-95 000,00				
Total	0,00	-95 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4. Ativos Fixos Tangíveis

O detalhe dos itens que compõem esta rubrica é:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 924 767,13			2 924 767,13	2 924 767,13			2 924 767,13
Edifícios e outras construções	27 610 156,02	4 993 191,10		22 616 964,92	65 822 874,33	7 111 230,46		58 711 643,87
Equipamento básico	7 290 026,32	3 428 146,46		3 861 879,86	36 412 435,50	4 953 844,64		31 458 590,86
Equipamento de transporte	796 837,27	620 020,27		176 817,00	796 837,27	697 775,79		99 061,48
Equipamento administrativo	543 945,06	391 034,77		152 910,29	2 408 112,32	698 810,64		1 709 301,68
Equipamentos biológicos	0,00			0,00	0,00			0,00
Outros	202 851,99	84 613,85		118 238,14	1 345 261,47	207 615,30		1 137 646,17
Ativos fixos tangíveis em curso	61 993 938,90	0,00		61 993 938,90	94 868,38	0,00		94 868,38
	101 362 522,69	9 517 006,45	0,00	91 845 516,24	109 805 156,40	13 669 276,83	0,00	96 135 879,57
Total	101 362 522,69	9 517 006,45	0,00	91 845 516,24	109 805 156,40	13 669 276,83	0,00	96 135 879,57

Durante o exercício de 2025, ocorreram as seguintes variações:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações Período	Diminuições	
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	2 924 767,13	0,00							2 924 767,13
Edifícios e outras construções	22 616 964,92	16 768,35	38 195 949,96				-2 118 039,36	0,00	58 711 643,87
Equipamento básico	3 861 879,86	53 614,90	29 068 794,28				-1 538 525,74	12 827,56	31 458 590,86
Equipamento de transporte	176 817,00	0,00					-77 755,52		99 061,48
Equipamento administrativo	152 910,29	32 321,95	1 831 845,31				-307 775,87	0,00	1 709 301,68
Equipamentos biológicos	0,00								0,00
Outros	118 238,14	15 925,58	1 126 483,90				-123 001,45		1 137 646,17
Ativos fixos tangíveis em curso	61 993 938,90	8 242 524,76	-70 141 595,28						94 868,38
	91 845 516,24	8 361 155,54	81 478,17	0,00	0,00	0,00	-4 165 097,94	12 827,56	96 135 879,57
Total	91 845 516,24	8 361 155,54	81 478,17	0,00	0,00	0,00	-4 165 097,94	12 827,56	96 135 879,57

O detalhe das diminuições ocorridas no exercício respeita a abates realizados, conforme segue abaixo:

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a Título Oneroso	Transf. Ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão e Reestruturação	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis						0,00
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico					-12 827,56	-12 827,56
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento administrativo						0,00
Equipamentos biológicos						0,00
Outros						0,00
Ativos fixos tangíveis em curso						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 827,56	-12 827,56
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 827,56	-12 827,56

19

O detalhe das adições ocorridas no exercício é o seguinte:

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais		0,00								0,00
Edifícios e outras construções		16 768,35								16 768,35
Equipamento básico		53 614,90								53 614,90
Equipamento de transporte		0,00								0,00
Equipamento administrativo		32 321,95								32 321,95
Equipamentos biológicos		0,00								0,00
Outros		15 925,58								15 925,58
Ativos fixos tangíveis em curso		8 242 524,76								8 242 524,76
Total	0,00	8 361 155,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 361 155,54

5. Propriedades de investimento

O detalhe dos itens que compõem esta rubrica é:

RUBRICAS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO								
Bens de domínio público	17 039,12			17 039,12	17 039,12			17 039,12
Terrenos e recursos naturais	545 050,92			545 050,92	545 050,92			545 050,92
Edifícios e outras construções	2 877 650,67	838 941,46		2 038 709,21	2 877 650,67	882 415,24		1 995 235,43
Outras propriedades de investimento	0,00			0,00				0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00			0,00				0,00
Total	3 439 740,71	838 941,46	0,00	2 600 799,25	3 439 740,71	882 415,24	0,00	2 557 325,47

Durante o exercício de 2025, ocorreram as seguintes variações:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações Período	Diminuições	
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO									
Bens de domínio público	17 039,12								17 039,12
Terrenos e recursos naturais	545 050,92								545 050,92
Edifícios e outras construções	2 038 709,21						43 473,78		1 995 235,43
Outras propriedades de investimento									
Propriedades de investimento em curso									
Total	2 600 799,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43 473,78	0,00	2 557 325,47

✗

A

[Assinatura]

Dada a fraca atividade da AMISM, as propriedades de investimento estão mensuradas pelo custo, não sendo possível estimar o seu justo valor, pois não se espera que possam surgir benefícios económicos futuros de valor acrescentado. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

6. Imparidade de ativos

O Grupo apresenta a 31 de dezembro de 2025 imparidades de clientes de 21.780,72€, conforme segue abaixo:

31 dezembro 2025

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	1 937 642,26	21 780,72	1 915 861,54
Total	1 937 642,26	21 780,72	1 915 861,54

31 dezembro 2024

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	901 125,53	20 019,82	877 393,71
Total	901 125,53	20 019,82	877 393,71

Ativo	31/dez/25	31/dez/24	Δ €	Δ %
Utentes	1 766,71	1 766,71	0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes cobrança duvidosa	23 813,41	22 187,48	1 625,93	7,33%

As dívidas de clientes a 31 de dezembro de 2025 são de 1.915.861,54 €, cujo prazo de vencimento se encontra a decorrer.

7. Inventários

O valor de inventários a 31 de dezembro de 2025, foi de 52.096,16 €.

31 dezembro 2025

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52 096,16	0,00	52 096,16
Total	52 096,16	0,00	52 096,16

0,00

31 dezembro 2024

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	68 322,35	0,00	68 322,35
Total	68 322,35	0,00	68 322,35

Os movimentos foram os seguintes:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	68 322,35	34 329,25	50 555,44						52 096,16
Total	68 322,35	34 329,25	50 555,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52 096,16

8. Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios de 2025 e 2024 têm a seguinte composição:

Tipo de rendimento	Rendimentos de 2025 reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebido
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Outros rendimentos					
Rendimentos suplementares	0,00				
Descontos em pronto pagamento obtidos	0,00				
Rendas em propriedades de investimento	1 321,81				
Custas processuais	0,00				
Ren. e ganhos em inv. financeiros	0,00				
Ren. e ganhos em inv. Não financeiros	0,00				
Indemnizações	0,00				
Redêbito de despesas	307 163,79				
Juros de mora comerciais	594,50				
Outros não especificados	5 626,79				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00				
Total	314 706,89	0,00	0,00	0,00	0,00

Tipo de rendimento	Rendimentos de 2024 reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebido
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Outros rendimentos					
Rendimentos suplementares	12,00				
Descontos em pronto pagamento obtidos	0,00				
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos					
Rendas em propriedades de investimento	1 321,81				
Custas processuais	0,00				
Ren. e ganhos em inv. financeiros	25,16				
Ren. e ganhos em inv. Não financeiros	629,85				
Indemnizações	1 962,20				
Redêbito de despesas	44 472,58				
Outros não especificados	7 278,49				
Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00				
Total	55 702,09	0,00	0,00	0,00	0,00

Nos termos na NCP 13, os rendimentos com contraprestação são aqueles em que se recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e se dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual.

9. Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos de transações sem contraprestação efetuadas nos exercícios de 2025 e 2024 têm a seguinte composição:

Tipo de rendimento	Rendimentos de 2025 reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebido
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Reversões					
De perdas por imparidade	120,13				
De provisões	0,00				
Outros rendimentos					
Recuperação de contas a receber	0,00				
Correções de impostos diretos	0,00				
Sinistros	23 612,67				
Correções relativas a períodos anteriores	3 377,13				
Imputações de subsídios para investimentos	2 610 220,80				
Excesso de estimativa de impostos	0,00				
Juros obtidos	25 252,21				
Total	2 662 582,94	0,00	0,00	0,00	0,00

23

Tipo de rendimento	Rendimentos de 2024 reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebido
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Reversões					
De perdas por imparidade	187,47				
De provisões	0,00				
Outros rendimentos					
Recuperação de contas a receber	0,00				
Correções de impostos diretos					
Sinistros	0,00				
Correções relativas a períodos anteriores	2 061,11				
Outras correções					
Recebimentos de anos anteriores					
Subsídios à exploração	0,00				
Imputações de subsídios para investimentos	1 664 625,00				
Excesso de estimativa de impostos	4 493,58				
Juros obtidos	4 720,00				
Total	1 676 087,16	0,00	0,00	0,00	0,00

Os rendimentos sem contraprestação são aqueles não existe uma troca de valores entre as partes.

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões constituídas estão relacionadas tanto com os processos executórios instaurados relativos às cobranças duvidosas da AMISM bem como aos custos com a selagem das células de aterro.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Processos judiciais em curso	104 284,49				0,00				0,00	104 284,49
Selagem Célula 1 Eco II	2 500 000,00	600 000,00			600 000,00				0,00	3 100 000,00
Selagem Célula 2 Eco II	600 000,00	928 000,00			928 000,00				0,00	1 528 000,00
Total	3 204 284,49	1 528 000,00	0,00	0,00	1 528 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 732 284,49

No exercício de 2025, efetuou-se o reforço da provisão “selagem da célula 1 do Ecoparque II”, no valor de 600.000€ e 928.000 € para a Selagem Célula 2 Eco II.

11. Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes materialmente relevantes, que possam afetar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente anexo não se registaram factos suscetíveis de modificar as contas.

12. Instrumentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2025, as principais categorias de ativos e passivos financeiros são as seguintes:

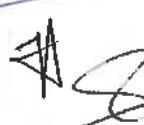
Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos imparidade

a) Clientes

Descrição	31/dez/25	31/dez/24
Clientes, contribuintes e utentes - realizável a mais de 12 meses	1 766,71	1 766,71
Clientes, contribuintes e utentes - realizável até 12 meses	1 912 062,14	873 459,34
Clientes, contribuintes e utentes - cobrança duvidosa	23 813,41	22 187,48
Perdas por imparidade acumuladas	-21 780,72	-20 019,82
Total	1 915 861,54	877 393,71

b) EOEP

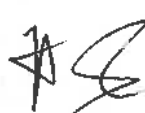
Descrição	31/dez/25	31/dez/24
Ativo		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	60 441,03	278 105,53
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
Total Ativo	60 441,03	278 105,53
Passivo		
Imposto s/rend. das pess. colectivas (IRC)	204 918,16	106 469,27
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23 178,72	
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	31 522,71	26 121,39
Segurança Social	99 433,87	74 189,78
Outros impostos e taxas	43 236,91	51 032,99
Total Passivo	402 290,37	257 813,43


25 

c) Fornecedores

Descrição	31/dez/25	31/dez/24
3N ACTIVECARD, LDA	361,92	0,00
A ESPELHADORA - HENRIQUE TAVARES E FILHOS, LDA	0,00	0,00
A.C.CYMBRON, S.A	93,32	0,00
A.R. CASANOVA & FILHOS, LDA.	1 721,07	132,89
Abreu Advogados	2 552,00	2 320,00
ACAIL AÇORES - Comércio de ferros e Aços, Lda.	2 236,30	0,00
Accional	92,53	102,94
AÇORCABOS - TELECOMUNICAÇÕES E ELECTRICIDADE, LDA	0,00	255,20
Açormedia Com. Mult., S.A.	1 898,92	2 049,72
AÇORMÉDICA - CONSUMO CLÍNICO E HOSPITALAR	0,00	0,00
AÇORSAFE, LDA	220,40	0,00
ADELINO PEDRO - Comércio de Peças Automóvel Lda	754,01	842,40
AGRITRACTORES, LDA	109,33	1 287,29
Agro Coração - Mota Medeiros Unipessoal Lda.	139,20	0,00
Agroleico Açores, Lda.	489,52	945,48
AGROUTIL, ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS,	1 276,93	3 830,78
ALIVE PORTUGAL-AGÊNCIA DE VIAGENS, S.A.	984,00	2 704,35
Almério & Cordeiro,Lda	0,00	0,00
Amazing Parallel Unip.Lda	0,00	203,00
AMBIGEO - EQUIPAMENTOS PROJECTOS E SERVIÇOS LDA	1 142,67	0,00
ARG Comunicação, Lda	0,00	342,20
ARQ & TOP, LDA- ARQUITECTURA E TOPOGRAFI	1 160,00	1 160,00
ARQUILIMPA - Limpeza Profissional Lda	4 559,87	7 729,53
Associação de Estudos de Direito Regiona	0,00	30,00
Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda	0,00	11 736,00
AST - Soluções e Serviços de Ambiente Lda.	200,74	2 747,58
AUTO AÇOREANA, LDA.	450,17	0,00
AUTO TINTAS MESQUITA, LDA	37,76	0,00
AUTO VIAÇÃO MICAELENSE, LDA	148,65	378,92
AZB STUDIO, LDA	4 832,56	0,00
AZORTTRANS - Logística e Trânsitos, Lda	13,00	242,74
BENTRANS- CARGA E TRANSITÁRIOS, S.A	129 132,20	84 524,80
BERNER, PRODUTOS PARA MONTAGEM E FIXAÇÃO S.A.	0,00	32,98
BIOAÇORES Biocombustíveis Energias Alter	0,00	19 980,00
BMC Electrónica - Botelho, Mendonça e Costa, Lda.	123,25	0,00
Branco & Carreiro, L.da	0,00	0,00
BRESIMAR AUTOMAÇÃO, S.A.	2 193,15	0,00
CAETANO RAPOSO & PEREIRA LDA	616,89	1 636,55
Caixa Geral de Depósitos	9 925,00	
CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA	0,00	72,00
CANHA & FILHOS, LDA	0,00	201,10

Cátia Micaela Pinto Martins, Unipessoal Lda	3 315,54	5 377,92
CCELETRÓNICA REPARAÇÕES	26,00	
CH Global Network Lda.	0,00	
CHL-J2, Lda	7 816,65	
CIN, COORPERAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, SA	0,00	122,45
CMLGS AÇORES, LDA	220,00	179,75
COINGRA	75,40	
CONSTRUÇÕES ACHADENSE, LDA	0,00	
COOPERATIVA AGRICOLA DO BOM PASTOR CRL	0,00	
CORREIA DE SOUSA & SOUSA - Sociedade Agrícola e Imobiliária, Lda	0,00	4 210,80
CULLIGAN PORTUGAL, S.A.	0,00	1 512,64
DELTA AÇORES, UNIPESSOAL, LDA	612,54	
DENIOS, S.L.U. - Sucursal em Portugal	0,00	1 112,13
DINIS VARÃO & FILHOS, LDA	0,00	603,66
DMCAR, Lda.	0,00	2 742,18
DURVAL MIGUEL SOUSA	0,00	20,88
EDA- ELECTRICIDADE DOS AÇORES, S.A	68 033,86	25 953,30
Eduardo Manuel Lourenço dos Santos	121,36	
Electrolaranjo, Lda.	0,00	249,61
ELECTROXI - Máquinas e Ferramentas, Lda	129,13	433,54
Embalsantos, Unipessoal Lda	0,00	2 523,96
EPAL - Empresa Portuguesa das Aguas Livres S.A	717,09	0,00
EQUIPFARM SERVICE, LDA	496,83	195,01
EQUIPO - MATERIAIS E EQUIPA. ELECTRICOS,	0,00	174,58
ESCRITÓRIO DIGITAL, REPRESENTAÇÕES LDA.	324,95	73,34
EXTINÇOR - Engenharia e Segurança, Lda.	0,00	274,72
FALEX - Equipamentos e Serviços Lda	492,00	
FCC ENVIRONMENT PORTUGAL, S.A.	376 388,14	249 850,30
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	12 587,51	3 450,25
First Five Consulting, S.A	18 560,00	
FIT - Fabrico e Instalações Técnicas, Lda	0,00	472,79
FOR EXCELLENCE AZORES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	1 900,00	0,00
FORMAVIANA, LDA	0,00	980,00
GALP AÇORES, S.A	27 626,08	0,00
GEOHUNTER UNIPESSOAL LDA	304,95	0,00
Get2C - Lda	0,00	0,00
GL - Gomes & Leitão, Lda.	0,00	637,05
Gonçalves & Moreira, Lda	24,21	0,00
GOOGLE CLOUD EMEA LIMITED	5,20	5,20
Gradoil - Lubrificantes e Combustíveis, Lda	0,00	164,82
Gráfica Açoreana, Lda.	1 328,58	1 328,20
GRANJA - SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES DE	0,00	60,64
GREEN WORLD, LDA	2 248,43	0,00


 27 

Growvalue - Engenharia e Gestão, Lda.	0,00	0,00
Harker Azores, Lda.	731,21	
HIDMA - HIDRAÚLICA E AUTOMAÇÃO, LDA	1 808,67	
Higiaçores	1 588,63	
IBERLIM - Higiene e Sustentabilidade Ambiental, S.A	3 137,80	1 508,00
IBEROAIR, LDA	781,03	
INFRASPEAK, S.A.	848,19	677,67
INOVA - INSTITUTO DE INOVAÇÃO TECNOLÓG	2 032,06	
INSULAR - Fardas, Têxtil e Segurança no Trabalho, Lda	10 537,67	79,83
J AURORA - Equipamentos Industriais, Lda	0,00	3 074,00
J. BENJAMIM & F. SOUSA, LDA.	0,00	218,08
J.H.ORNELAS & CA., SUC, LDA	0,00	18 242,70
JACINTO FERREIRA CORREIA E FILHOS, LDA.	1 523,93	255,91
João Gonçalo Rodrigues Calado	0,00	1 972,00
JPN - Desentupimento de Fossas e Esgotos Lda	0,00	
Lactaçores - União das Cooperativas de L	0,00	524,16
Linha de Vida - Trabalhos em Altura, Lda	0,00	
LIXO	0,00	
LOGISLINK - Terminal Logística, Lda	70,00	
MACPEÇAS - Comércio de Peças, Unipessoal Lda	0,00	85,38
MAN S. MIGUEL, LDA - SOCIEDADE DE COMÉRC	0,00	6 621,38
MANUTAN UNIPESSOAL, LDA	452,80	
MAQ ELEVEN - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LDA	0,00	1 830,16
Maq. Peças de Abel Manuel Ferreira Viveiros	724,19	679,69
MARCOVIL METALMECANICA DE VISEU, S.A.	0,00	2 655,57
MARQUES & ANDRADE, UNIPESSOAL, LDA	0,00	5 713,00
Marta Cruz	0,00	
MEDEIROS MULTISERVIÇOS AÇORES, UNP, LDA	1 922,56	556,41
Medialivre, S.A.	0,00	2 030,00
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉ	1 703,95	1 783,36
Metalúrgica Açoreana de Eduardo de Faria	1 428,66	9 280,00
METEORO SOC TECNICA METALURGICA SA	7 769,72	
MICHELLE DE OLIVEIRA	0,00	135,96
Monteiro e Eusébio & Lima Santos - Saúde e Bem - Estar , Lda	0,00	1 500,00
Mota - Engil Ativ - Gestão e Manutenção de Ativos, S.A	3 344,28	44 575,16
MOTOLUSA - MOTORES DE PORTUGAL, LDA	0,00	876,14
Msim - Manutenção de Sistemas de Informação e Mecânica Lda	0,00	170,52
Narrativa Frequente Unipessoal Lda	0,00	232,00
NAVEL - CONSTRUÇÕES METÁLICAS	9 019,02	70,71
Nicrodur - Acessórios e Equipamentos de Manutenção Industrial Lda	288,15	
Nordeste Ativo, E.M., S.A.	28,27	25,10
NORLIMPA- DE MONIZ & CORREIA HIGIENE E L	16,64	700,40
Norma Açores	6 989,23	2 940,03
NOVO BANCO, S.A	30,42	0,00

PAPELARIA RESARTE, LDA	0,00	29,60
PCBEM Informática, LDA	13,90	53,80
PEÇA CERTA, LDA	0,00	1 256,42
Pedamb - Engenharia Ambiental Lda	1 948,80	904,80
Pinto & Cruz - Tubagens e Sistemas, S.A.	252,60	0,00
Plano A	0,00	176,11
PNEUMELO, LDA	344,94	0,00
PNEUS SÃO MIGUEL, LDA	12 625,82	12 161,40
PROLUGA- Aluguer e Venda Profissional de Equipamentos Lda	1 028,92	0,00
PRORADIADORES, LDA	0,00	51,18
PROTILIS PORTUGAL, LDA	3 016,00	0,00
PTSEGUR - Paulo Telheiro Segurança S. U. Lda	0,00	0,00
R & T Energia, Lda	1 369,14	0,00
RAFAEL ALEXANDRE CAÇÃO RODRIGUES	455,00	0,00
Retailor Distribuição Alimentar, S.U., Lda	0,00	0,00
RITA MARIA LINO DA GAMA ABREU	3 747,90	6 151,60
SA - Soluções em Automação, S.A.	144,51	0,00
SADIBRITAS AZORES, LDA.	2 988,16	4 872,00
Segma - Serviços de Engenharia, Gestão e	0,00	0,00
Sendys - Tecnologias de Informação, Lda.	2 030,00	0,00
Serralharia Auto-Cabral	0,00	379,07
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS CÂMARA M. PONTA	391,09	541,09
SOCIEDADE PORTUGUESA DO AR LÍQUIDO ARLIQUIDO, LDA	982,26	334,48
Soledade & Filhos, Lda	722,85	243,88
SOLUÇÕES M - MATERIAIS E SERVIÇOS PARA C	0,00	0,00
SOUSA & GARCÊS, LDA - CONCEPÇÃO, COMERCÍ	44,28	0,00
STELAÇOR - Sociedade Técnica Electromecânica dos Açores Lda	696,72	0,00
STRATIFORM - Mat. de Construção Unipessoal, Lda	252,18	0,00
TECNOCON - Tecnologia e Sistemas de Controle, S.A.	0,00	430,50
Tecnovia Ambiente, Lda	236 209,88	249 749,84
TECOFIX - Técnica de Equipamento e Fixação S.A.	0,00	517,57
TK ELEVADORES PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA	135,12	
TQ- Travel Quality - Viagens e Turismo, S.A.	0,00	
Trescal Portugal, Lda.	0,00	67,65
TRUST - Companhia Insular de Segurança, Lda	0,00	1 552,66
UNIPELAGO REPRESENTAÇÕES, LDA	9 855,36	
VARELA & Cª, LDA	45 555,18	42 740,43
VECOAÇORES, LDA	868,75	0,00
Verde Engenho, Lda	0,00	10 092,00
VINCO VÁLVULAS, S. A.	0,00	9 039,27
VP DOIS - VESTUÁRIO PROFISSIONAL PROTECÇÃO, LDA	3 784,91	
W. R. BERKLEY EUROPE AG	3 206,01	
WÜRTH PORTUGAL - Técnica de Montagem, Ld	0,00	196,55
Total	1 080 267,17	898 753,39


 29 

d) Diferimentos

Descrição	31/dez/25	31/dez/24
Gastos a reconhecer	27 798,65	10 504,42
Total	27 798,65	10 504,42

e) Outras contas a receber

Descrição	31/dez/25	31/dez/24
Ativo não corrente		
Outros devedores		
Total ativo não corrente	0,00	0,00
Ativo corrente		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		
Outras contas a receber	8 158 253,45	1 128 999,36
Total ativo corrente	8 158 253,45	1 128 999,36

A rubrica “outros devedores”, em 2025, refere-se essencialmente ao valor do subsídio ao investimento relativo à 2.ª fase do projeto Ecoparque da ilha de São Miguel, candidatado ao PO Açores 2030, que se encontra por receber, no montante de 6 792 857.68€. No exercício anterior, esta rubrica estava relacionada com despesas efetuadas pela empresa a serem debitadas a terceiros.

f) Outras contas a pagar

Descrição	31/dez/25	31/dez/24
Passivo não corrente		
Cauções	2 602,69	2 602,69
Ajustamentos em subsídios ao investimento	8 165 861,32	6 168 443,66
Total passivo não corrente	8 168 464,01	6 171 046,35
Passivo corrente		
Fornecedores de investimento	1 620 346,25	5 450 049,46
Pessoal	124,68	288,00
Outras dívidas a pagar		
Férias e Subs. Férias	561 195,60	411 903,89
Encargos com Férias e Sub. Férias	133 283,98	97 827,18
Outros acréscimos de gastos	610 874,68	527 182,80
Cauções	1 168 564,86	1 063 097,38
Accionistas/sócios	367 772,73	440 500,00
Outros devedores e credores	54 476,71	1 068 394,76
Total passivo corrente	4 516 639,49	9 059 243,47

Ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor

g) Outros ativos financeiros

Descrição	31/dez/25	31/dez/24
Fundo de compensação do Trabalho	0,00	21 696,67
Total	0,00	21 696,67

13. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, nos exercícios de 2025 e 2024, foram os seguintes:

Rubricas	31/dez/25	31/dez/24
Remunerações dos órgãos sociais	2 506,06	1 993,45
Remunerações do pessoal	4 036 327,78	2 974 794,46
Encargos sobre remunerações	900 838,22	660 695,21
Seguros	65 207,33	16 749,31
Gastos de acção social	4 826,00	4 604,04
Outros gastos com pessoal	176 306,98	70 495,44
	5 186 012,37	3 729 331,91

14. Outras informações exigidas por diplomas legais (Partes Relacionadas)

Tipo de fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações ao exercício	Recabimentos do exercício	Saldo final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6=(2+3)-(4+5)	(2)	(3)	(4)	(5)	6=(2+3)-(4+5)
Transferências e subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais	63 712,00	29 788,80		63 500,80	30 000,00	-63 712,00	-29 788,80		-63 500,80	-30 000,00
Particip. Do capital em numerário					0,00					0,00
Particip. Do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
Total	63 712,00	29 788,80	0,00	63 500,80	30 000,00	-63 712,00	-29 788,80	0,00	-63 500,80	-30 000,00


A. 31 

15. Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “passivos por impostos diferidos” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	Saldo em 01-jan-25	Constituição		Reversão		Saldo em 31-dez-25
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros			- 3 982,02			- 3 982,02
	41 811,24	0,00	- 3 982,02	0,00	0,00	37 829,22

16. Outras informações consideradas relevantes

a) Variações no património Líquido

Descrição	31/dez/25	Adições	Reduções	Aplicação	31/dez/24
Património/Capital	3 280 333,17				3 280 333,17
Reservas	4 651 220,18	15 821,82			4 635 398,36
Resultados transitados	-84 881,11	-2 578 625,63			2 493 744,52
Ajustamentos em ativos financeiros	57 985 090,45	20 330 731,60			37 654 358,85
Outras variação no património líquido	1 332 582,64		-27 096,20		1 359 678,84
Resultado Líquido do exercício	118 569,97	118 569,97		-266 111,48	266 111,48
Total	67 282 915,30	17 886 497,76	-27 096,20	-266 111,48	49 689 625,22

b) Vendas e serviços prestados

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Vendas	484 752,24	298 122,17
Mercadorias (composto, paletes)	194 516,75	155 134,36
Subprodutos (biogás)	290 235,49	142 987,81
Prestação de serviços	15 242 988,50	10 180 417,94
Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	6 157 505,76	4 079 327,89
Recolha de Resíduos	2 944 192,30	2 466 411,29
Gestão de Resíduos Valorizáveis	6 141 290,44	3 634 678,76
Serviços administrativos	0,00	0,00
Total	15 727 740,74	10 478 540,11

c) Variação da produção

Rubricas	31 dezembro 2025		
	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Quantia inicial	0,00	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00	0,00
Variação da produção	0,00	78 502,92	78 502,92
Quantia Final	0,00	78 502,92	78 502,92

Rubricas	31 dezembro 2024		
	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Quantia inicial	0,00	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00	0,00
Variação da produção	0,00	40 419,21	40 419,21
Quantia Final	0,00	40 419,21	40 419,21

d) Fornecimentos e serviços externos

Os FSE do período de 2025 totalizam 5.954.669,11 €, representativos de um aumento de 1.129.903,21 € face ao período anterior, por via da internalização dos serviços de exploração do Ecoparque.

Rubrica	31/dez/25	31/dez/24
Subcontratos	3 721 091,21	3 309 948,84
Serviços especializados	932 392,88	655 538,43
Materiais	67 983,23	70 259,09
Energia e fluidos	744 255,84	404 350,64
Deslocações, estadas e transportes	107 071,91	93 054,16
Rendas e Alugueres	83 119,54	77 780,15
Comunicação	16 608,52	14 403,03
Seguros	119 731,88	111 418,67
Contencioso e notariado	1 900,00	1 293,30
Despesas de representação	1 156,71	641,90
Limpeza Higiene e conforto	127 867,54	83 345,57
Outros Serviços	31 489,85	2 732,12
Total	5 954 669,11	4 824 765,90

e) Transferências e subsídios concedidos

Rubrica	31/dez/25	31/dez/24
Transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

f) Outros gastos

Rubrica	31/dez/25	31/dez/24
Impostos e Taxas	30 252,32	14 736,57
Descontos de pronto pagamento concedidos	4,92	
Correcções relativas a períodos anteriores	4 992,85	5 145,02
Donativos	33 975,93	7 368,77
Quotizações	11 620,60	11 051,32
Coimas, custas e juros de mora	6,66	33 595,76
Outros gastos e perdas	1 616,91	71,63
Total	82 470,19	71 969,07

g) Juros e gastos suportados

Rubrica	31/dez/25	31/dez/24
Gastos por juros e encargos	1 278 917,17	783 449,05
Total	1 278 917,17	783 449,05

Resultado Líquido Consolidado

	2025	2024
Resultado Líquido	118 569,97	266 111,48

h) Processos em curso

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, existiam os seguintes litígios judiciais pendentes:

1. **Processo 87/09.0BEPDL**

Corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada. A: Marco Paulo Castanheira Oliveira e Márcia Melo Oliveira. RR: AMISM, MUSAMI e GSU/Açores- Gestão de Sistemas urbanos dos Açores. Acção Administrativa comum de condenação ao

pagamento de indemnização decorrente de imposição de sacrifícios. Valor: 1.125.000,00. Taxas pagas: 1.530,00. Estado do processo: julgamento em curso;

2. Proc. N.º 164/17.4BEPDL

Corre os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada. Impugnação Judicial do indeferimento da reclamação graciosa do ato tributário. A: AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel; Ré: Autoridade Tributária e Aduaneira. Valor da Ação: 227.829,15€, do IRC 2010. Estado do processo: em recurso no Supremo Tribunal Administrativo, pagamento de taxa de justiça de 1.428.00 €

Apresentada garantia bancária nº 00125-02-1962574 no valor de 291.857,39 € (duzentos e noventa e um mil oitocentos e cinquenta e sete euros e trinta e nove cêntimos), emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, com data de 28 de abril de 2015.

3. Proc. N.º 96/16.3BEPDL

Corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada. Impugnação judicial referente à correção da liquidação de IRC de 2011, valor da Ação 95.618,26 €. A: AMISM e a Ré: Direção de Finanças de Ponta Delgada. Em recurso no Supremo Tribunal Administrativo.

Apresentada garantia bancária nº 00125-02-1995646 no valor de 121.357,80 (cento e vinte e um mil trezentos e cinquenta e sete euros e oitenta cêntimos), emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, com data de 21 de dezembro de 2015.

4. Processo n.º 4/19.4BEPDL

Corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada. Impugnação judicial referente à correção da liquidação de IRC de 2013, valor da Ação 58.834,04. A: AMISM e a Ré: Direção de Finanças de Ponta Delgada. Estado do Processo: Em recurso no Supremo Tribunal Administrativo.

Apresentada garantia bancária nº 00125-02-2131630 no valor de 74.657,11 (setenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e sete euros e onze cêntimos),


 35 

emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, com data de 25 de outubro de 2018.

Garantias bancárias em vigor à data e 31.12.2025:

- IRC 2010: € 291.857,39
- IRC 2011: € 121.357,80
- IRC 2013: € 74.657,11

5. Processo nº 87/09.0BEPDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: Marco Paulo Castanheira de Oliveira (e outros)

Objeto: Pretende a condenação da MUSAMI por responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas.

Valor: 1 125 000.00€

Estado Atual: julgamento em curso

6. 150/22.2 BEPDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: ZERO Associação Sistema Terrestre Sustentável ("Autora")

Objeto: A impugnação de atos administrativos. A Autora pede a declaração de nulidade da declaração de Conformidade Ambiental dos Projectos de Execução e da licença ambiental LA nº 3/2022/DRAAC relativa à incineração de resíduos e deposição de resíduos em aterro do ecoparque da Ilha de S. Miguel

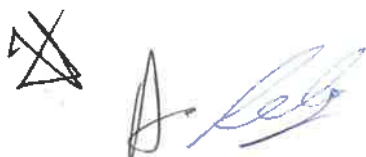
Valor: 30 000.01€

Estado Atual: O processo aguarda os seus ulteriores desenvolvimentos.

7. 107/24.9 BEPDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: Tecnovia Ambiente, Lda., FCC Medio Ambiente, S.A. e FCC Environment Portugal, S.A. ("Autoras")

Handwritten signature in blue ink and a circular stamp with a cross inside.

Objeto: As Autoras vêm instaurar uma ação contra a MUSAMI, na qual pedem ao Tribunal que a empresa seja condenada, a título de reposição do equilíbrio financeiro do contrato de prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos indiferenciados no Município de Ponta Delgada, ao pagamento de indemnização.

Valor: 667 259.49€

A Administração tem fundada expectativa de que a ação será reduzida ao valor considerado no passivo (rubrica de “outras dívidas a pagar” – acréscimos de gastos), no valor de 251 031.14€.

No processo subsequente, a MUSAMI figura como demandante, tendo o pedido de indemnização civil sido totalmente procedente. Contudo, encontra-se em fase de recurso à data da aprovação das contas.

8. 189/25.6 BEPDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: Tecnovia Ambiente, Lda., FCC Meio Ambiente, S.A. e FCC Environment Portugal, S.A. (“Autoras”)

Objeto: As Autoras vêm instaurar uma (nova) ação contra a MUSAMI, na qual pedem ao Tribunal que a MUSAMI seja condenada, a título de reposição do equilíbrio financeiro do contrato de prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos indiferenciados no Município de Ponta Delgada, ao pagamento de indemnização, relativa ao ano de 2024.

Valor: 266 356.81€

Estado Atual: Encontra-se a correr o prazo para a MUSAMI apresentar a sua contestação.

9. 701/23.5 JAPDL

Tribunal: Juízo Local Criminal da Ribeira Grande

Autor: Ministério Público

Arguida/demandada: Ana Sandrina Rosado Fontes

Demandante: MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente EIM, S.A.

Handwritten signatures and the number 37.

Objeto: A MUSAMI submeteu um pedido de indemnização cível contra a arguida, peticionando a sua condenação no pagamento da quantia total de 25 542.44 € a título de danos patrimoniais que sofreu com a prática do presente ilícito criminal.

Valor: 25 542.44€

Estado Atual: O Tribunal julgou integralmente procedente, por provado, o pedido cível, condenando a demandada a pagar a quantia em causa. Desconhece-se o seu paradeiro. De momento, aguarda-se decisão do Tribunal sobre requerimento apresentado.

Figuravam, ainda, as seguintes garantias bancárias:

a) Garantia bancária 9015/007735/993

Instituição financeira: Caixa Geral de Depósitos

Valor: 13 042.07 €

Data de início: 01/04/2013

Data de fim: 01/04/2026 (Renovação automática)

Entidade beneficiária: Direção Regional do Ambiente e Ação Climática

b) Garantia bancária N00501746

Instituição financeira: Novo Banco dos Açores

Valor: 87 936.71 €

Data de início: 17/11/2016

Data de fim: válida por tempo indeterminado

Entidade beneficiária: Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

c) Garantia bancária 125-02-2068414

Instituição financeira: Banco Comercial Português

Valor: 25 000.00€

Data de início: 18/07/2017

Data de fim: válida por tempo indeterminado

Entidade beneficiária: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

d) Garantia bancária 125-02-2301340

Instituição financeira: Banco Comercial Português

Valor: 103 125.00 €



Data de início: 29/03/2022

Data de fim: válida por tempo indeterminado

Entidade beneficiária: Direção Regional do Ambiente e Ação Climática

e) Garantia bancária 125-02-2437392

Instituição financeira: Banco Comercial Português

Valor: 101 635.19 €

Data de início: 17/04/2025

Data de fim: válida por tempo indeterminado

Entidade beneficiária: EDA – Eletricidade dos Açores, SA

f) Garantia bancária 125-02-2451561

Instituição financeira: Banco Comercial Português

Valor: 198 000.00 €

Data de início: 08/08/2025

Data de fim: válida por tempo indeterminado

Entidade beneficiária: Direção Regional do Ambiente e Ação Climática

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/dez/25		31/dez/24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários M/L.prazo	25 263 069,00		25 263 069,00	
Outros empréstimos		10 000 000,00		3 000 000,00
	25 263 069,00	10 000 000,00	25 263 069,00	3 000 000,00

Foi contraído financiamento pelo prazo de 144 meses, no montante de 11 000 000.00€ junto do Novo Banco dos Açores (45.45%) e Novo Banco (54.54%), para fazer face à parcela do projeto “Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Ilha de São Miguel” não coberta pelo Fundo comunitário POSEUR. Existe um período de carência de capital

  39 

remanescente de 2 anos, pelo que a amortização tem início em 2027, no valor de 285 185.19€ trimestrais. No exercício de 2024, a taxa de juro média anual foi de 5.16%.

Com a mesma finalidade, obteve-se um financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020, através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., pelo prazo de 180 meses, no montante de 14 263 069.00€. A taxa de juro média anual deste financiamento foi de 3.54%. O mesmo inclui um período de carência de capital de 3 anos, com a amortização a iniciar-se em 2028, através de prestações semestrais.

Por fim, foi realizado um financiamento de curto prazo no montante de 10 000 000.00 €, com taxa de juro média anual de 2.65%, que será liquidado em outubro de 2026.

Prazos de reembolso	31/dez/25	31/dez/24
Menos de um ano	10 000 000,00	3 000 000,00
1 ano	1 140 740,76	
2 anos	2 200 606,30	1 140 740,76
3 anos	2 222 439,53	1 633 180,57
4 anos	2 244 722,53	2 149 313,01
Mais de 5 anos	17 454 559,88	20 339 834,66
	35 263 069,00	28 263 069,00

18. Perspetivas Futuras

Pese embora o aumento generalizado dos gastos, não se perspetiva que a atividade do Grupo seja afetada.



PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL DA AMISM - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE S. MIGUEL
NCP 26 - CONTABILIDADE E RELATO ORÇAMENTAL

ENTIDADES A CONSOLIDAR
AMISM - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE S. MIGUEL (SNC-AP)

2)

2) APENAS A AMISM É SUJEITA À NCP - 26.

ASSIM SENDO,

AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS COINCIDEM COM AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS INDIVIDUAIS



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS



Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Rubrica	RECEBIMENTOS	2025	2024
	Saldo da gerência anterior	399 008,15	342 321,10
	Operações orçamentais (1)	396 405,46	339 718,41
	Restituição do saldo por. Orçamentais		
	Operações de tesouraria (A)	2 602,69	2 602,69
	Receita corrente	97 490,02	79 139,09
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00
R11	Impostos Diretos	0,00	0,00
R12	Impostos Indiretos	0,00	0,00
R2	Contribuições sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	65 879,31	55 596,81
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00
R51	Administrações Públicas	0,00	0,00
R511	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R512	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R513	Segurança Social	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	0,00
R52	Exterior - EU	0,00	0,00
R53	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	25 984,00	20 416,00
R7	Outras Receitas Correntes	5 626,71	3 126,28
	Receita de capital	30 000,00	30 000,00
R8	Venda de bens investimento	25 000,00	25 000,00
R9	Transferências de Capital	0,00	0,00
R91	Administrações Públicas	0,00	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00
R92	Exterior -EU	0,00	0,00
R93	Outras	0,00	0,00
R10	Outras Receitas capital	5 000,00	5 000,00
R11	Reposição não abatidas ao pagamento	0,00	0,00
	Receita efetiva (2)	127 490,02	109 139,09
	Receita não efetiva (3)	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	523 895,48	448 857,50
	Operações de tesouraria (B)	0,00	0,00

Rubrica	PAGAMENTOS	2025	2024
	Despesa corrente	59 654,68	52 452,04
D1	Despesas com o Pessoal	0,00	0,00
D11	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	0,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	0,00
D13	Segurança social	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	55 680,69	48 545,91
D3	Juros e Outros Encargos	3 152,28	3 214,88
D4	Transferências Correntes	0,00	0,00
D41	Administrações Públicas	0,00	0,00
D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00
D412	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
D413	Segurança Social	0,00	0,00
D414	Administração Regional	0,00	0,00
D415	Administração Local	0,00	0,00
D42	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
D43	Famílias	0,00	0,00
D44	Outras	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	821,71	691,25
	Despesa de capital	0,00	0,00
D7	Investimento	0,00	0,00
D8	Transferências de Capital	0,00	0,00
D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
D813	Segurança Social	0,00	0,00
D814	Administração Regional	0,00	0,00
D815	Administração Local	0,00	0,00
D82	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00
D83	Famílias	0,00	0,00
D84	Outras	0,00	0,00
D9	Outras Despesas de capital	0,00	0,00
	Despesa efetiva (5)	59 654,68	52 452,04
	Despesa não efetiva (6)	0,00	0,00
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Soma (7)=(5)+(6)	59 654,68	52 452,04
	Operações de tesouraria (C)	0,00	0,00

Saldo para a gerência seguinte	466 843,49	399 008,15
Operações orçamentais (8) = (4)-(7)	464 240,80	396 405,46
Operações de tesouraria (D) = (A)+(B)-(C)	2 602,69	2 602,69
Saldo Global (2)-(5)	67 835,34	56 687,05
Despesa Primária	56 502,40	49 237,16
Saldo Corrente	37 835,34	26 687,05
Saldo de Capital	30 000,00	30 000,00
Saldo primário	70 987,62	30 000,00
Receita total (1)+(2)+(3)	523 895,48	448 857,50
Despesa total (5)+(6)	59 654,68	52 452,04



A. 45 

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2025	2024
	Receita corrente	93 778,02 €	80 995,09 €
R1	Receita Fiscal		
R11	Impostos Diretos		
R12	Impostos Indiretos		
R2	Contribuições sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3	Taxas, multas e outras penalidades		
R4	Rendimentos de propriedade	65 879,31 €	55 596,81 €
R5	Transferências Correntes		
R51	Administrações Públicas		
R511	Administração Central - Estado		
R512	Administração Central - Outras Entidades		
R513	Segurança Social		
R514	Administração Regional		
R515	Administração Local		
R52	Exterior - EU		
R53	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	22 272,00 €	22 272,00 €
R7	Outras Receitas Correntes	5 626,71 €	3 126,28 €
	Receita capital	30 000,00 €	30 000,00 €
R8	Venda de bens investimento	25 000,00 €	25 000,00 €
R9	Transferências Capital		
R91	Administrações Públicas		
R911	Administração Central - Estado		
R912	Administração Central - Outras Entidades		
R913	Segurança Social		
R914	Administração Regional		
R915	Administração Local		
R92	Exterior - EU		
R93	Outras		
R10	Outras Receitas capital	5 000,00 €	5 000,00 €
R11	Reposição não abatidas ao pagamento		
	Receita efetiva (2)	123 778,02 €	110 995,09 €
	Receita não efetiva (3)		
R12	Receita com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros		
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	520 183,48 €	450 713,50 €

Rubrica	OBRIGAÇÕES	2025	2024
	Despesa corrente	59 654,68 €	52 452,04 €
D013	Despesa com o Pessoal		
D011	Remunerações Certas e Permanentes		
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais		
D013	Segurança social		
D02	Aquisição de bens e serviços	55 680,69 €	48 545,91 €
D03	Juros e Outros Encargos	3 152,28 €	3 214,88 €
D04	Transferências Correntes		
D041	Administrações Públicas		
D0411	Administração Central - Estado		
D0412	Administração Central - Outras entidades		
D0413	Segurança Social		
D0414	Administração Regional		
D0415	Administração Local		
D042	Instituições sem fins lucrativos		
D043	Famílias		
D044	Outras		
D05	Subsídios		
D06	Outras despesas correntes	821,71 €	691,25 €
	Despesa capital	- €	- €
D07	Investimento		
D08	Transferências Capital		
D081	Administrações Públicas		
D0811	Administração Central - Estado		
D0812	Administração Central - Outras Entidades		
D0813	Segurança Social		
D0814	Administração Regional		
D0815	Administração Local		
D082	Instituições sem fins lucrativos		
D083	Famílias		
D084	Outras		
D09	Outras Despesas capital		
	Despesa efetiva (5)	59 654,68 €	52 452,04 €
	Despesa não efetiva (6)		
D10	Despesa com ativos financeiros		
D11	Despesa com passivos financeiros		
	Soma (7)=(5)+(6)	59 654,68 €	52 452,04 €
	Operações de tesouraria (C)		


 47 

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

A

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 121.483.759 euros e um total de património líquido consolidado de 67.282.915 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 118.570 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO • PORTUGAL

Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 20161395 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e de relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 23 de abril de 2026

M. Cunha & Associado

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

M. Cunha & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., SROC n.º 52,
registada na CMVM com o nº 20161395

representada por

Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859, registado na CMVM com o nº 20160482

APROVAÇÃO DEFINITIVA

O Relatório e Contas Consolidado referente ao ano 2025, que antecede, proposto pelo Conselho de Administração da AMISM, conforme deliberação de 23 de abril de 2026, foi aprovado em sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da AMISM, a qual teve lugar no dia 23 de abril de 2026, pelo que todas as folhas foram rubricadas pelos membros da Mesa que a seguir também assinam.

Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal



Pedro Nuno Sousa Melo

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal

Pedro Filipe Rodrigues Furtado

Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal



Carlos Manuel Paiva Anselmo



